PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

[ ]	REQUERIMENTO	Número _____ / x (___ ª)
[X]	PERGUNTA	Número 607 / x (4 ª)

Expeça-se

Publique-se

27/11/2008

O Secretário da Mesa

Assunto: **Encerramento do Complexo Desportivo da Lapa**

Destinatário: **Ministro da Presidência**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Segundo diversas notícias tornadas públicas, o Complexo Desportivo da Lapa será encerrado devido à alienação do terreno em que se encontra. Segundo a comunicação social, a Estamo e a Secretaria de Estado do Tesouro preparam a venda do terreno com mais de 10.000 m^2 para utilização ainda não declarada.

É certo que o terreno em causa deve despertar os mais diversos interesses económicos, nomeadamente os relacionados com a construção. É também certo, no entanto, que o Plano Director Municipal da Cidade de Lisboa não prevê a substituição daqueles equipamentos por outros que não dedicados a serviços públicos.

A alienação deste património, além dos efeitos que terá junto das entidades, associativas e federativas, que utilizam este espaço público, surtirá consequências na disponibilidade pública de serviços e equipamentos desportivos. Torna-se assim cada vez mais clara a falta de vontade do Governo para assegurar os serviços públicos também na área da prática desportiva.

O equipamento em causa, o Complexo Desportivo da Lapa, goza de excelentes condições físicas e de localização, mostrando-se capaz de dar uma resposta a inúmeras necessidades da população local, mas também de outras regiões de Lisboa e da Área Metropolitana. O seu encerramento remeterá, mais ainda, os praticantes e utilizadores daquele espaço para outros, nomeadamente os que se espalham pela cidade de Lisboa, na sua maioria privados com quotas, jóias e mensalidades proibitivas para a grande parte da população.

Uma vez mais, os interesses imobiliários condicionam a intervenção do Estado e do Governo, demonstrando claramente que não são os interesses públicos que regem esta operação de venda de terreno e encerramento de um equipamento público de excelência, onde foram feitos ao longo dos tempos, avultados investimentos. A alienação deste património e dos equipamentos que ali estão instalados representa, apesar do encaixe de 6,3 Milhões de euros (segundo o Jornal Público de 26 de Novembro de 2008) para o Instituto do Desporto de Portugal, um desperdício de recursos e investimentos públicos, bem como uma objectiva perda para os praticantes, para as federações e associações que utilizam o espaço em causa.

Poderá o Governo afirmar que se trata da rentabilização do seu património tendo em conta os recursos escassos de que dispõe. Isso torna incompreensível a forma como o Governo abandonou as negociações com outras entidades, nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa, para possível concessão do espaço, assim minimizando os custos associados à manutenção do Complexo.

Importa pois, apurar com base em que negociações ou ofertas, decide o Governo avançar para a venda do terreno em que se implanta um importante equipamento público desportivo. Da mesma forma, importa apurar que investimentos foram levados a cabo ao longo dos anos no referido equipamento, quantos utentes tem, individuais e colectivos e qual o potencial de utilização do equipamento. Da mesma forma, é importante conhecer a forma que tomou a aquisição do terreno em causa e que compromissos públicos podem estar associados à sua utilização, quer no plano dos instrumentos de ordenamento do território legalmente vigentes, quer no plano de possíveis contrapartidas assumidas pelo Estado.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Presidência** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1- Quantos praticantes usufruem actualmente das instalações do Complexo Desportivo da Lapa?

2- Qual a capacidade e o potencial de utilização, em volume de praticantes, total do Complexo?

3- Que medidas tomou o Governo, nomeadamente através do Instituto do Desporto de Portugal, para dinamizar a utilização do espaço em causa?

4- Que compromissos estão assumidos com as entidades actualmente utilizadoras, nomeadamente, com a empresa concessionária da exploração do ginásio?

5- Que medidas ou negociações encetou o Governo para privilegiar o carácter público dos equipamentos e a sua preservação, nomeadamente junto de outras entidades, como a Câmara Municipal de Lisboa?

6- Que interesses conhece o Governo, ou que negociações já iniciou, em torno da futura utilização dos 10.000 mil metros quadrados do terreno em que se encontra o Complexo Desportivo da Lapa?

7- Que condicionantes legais de ordenamento do território se aplicam ao terreno em causa?

8- Qual foi o regime de aquisição do terreno por parte do Estado, ou de doação por outrém, se for o caso?

9- Quais as contrapartidas assumidas ou exigências impostas ao Governo no quadro de se ter tratado de doação?

10- Para quando está previsto o encerramento do Complexo?

Palácio de S. Bento, 27 de Novembro de 2008

Deputado

Miguel Tiago